

FAMÍLIA: SOLUÇÃO OU PROBLEMA?

LUIZ MENA

Mamãe me ama.
Eu me acho bom.
Eu me acho bom porque ela me ama.
Eu sou bom porque me acho bom.
Eu me acho bom porque sou bom.
Mamãe me acha bom porque sou bom.

Mamãe não me ama.
Eu me acho mau.
Eu me acho mau porque ela não me ama.
Eu sou mau porque me acho mau.
Eu me acho mau porque sou mau.
Eu sou mau porque ela não me ama.
Mamãe não me ama porque sou mau.

R.D. Laing, “Laços”.¹

RESUMO: Iremos considerar “família”, inicialmente, como a unidade básica da sociedade, que compreende uma aliança (o casamento) e uma filiação (o nascimento de filhos). Iremos abordar aqui a função da família na segunda vertente, atrelada à condição pela qual um bebê vira sujeito, na entrada do simbólico no tecido do *infans*. Nesse sentido, interessa-nos em especial analisar a relação entre a família e a formação de sintomas.

Uma problemática inicial refere-se à própria definição do termo “família”, como salienta Mandelbaum (2012):

Quando falamos de família, a que nos referimos? Na sociedade ocidental contemporânea, o termo remete, de maneira geral, à família nuclear, composta por um par heterossexual casado, monogâmico, unido por laços sentimentais, por uma cooperação econômica contínua e por um interesse comum ligado ao cuidado da prole.²

¹ LAING, R.D. (1974). *Laços*. Petrópolis : Vozes, p.15.

² MANDELBAUM, B. (2012). *Sobre famílias: estrutura, história e dinâmica*. In PATTO, M.H.S. (Org.), *Formação de psicólogos e relações de poder*. São Paulo : Casa do Psicólogo, 2012, p.107.

A origem da palavra família é latina, e designa originalmente “o conjunto de criados e escravos que vivem sob o mesmo teto, sob o poder do mesmo *pater familias*”³. Pela extensão de seu poder, passou a designar “a casa em sua totalidade”, compreendendo o *pater familias* e sua mulher, seus filhos e mulheres, seus netos e mulheres, seus escravos, seus animais e suas terras. Essa *família estendida* passa a representar posteriormente as pessoas com mesma ancestralidade, como tios, tias, primos, avós, sobrinhos, etc., e será paulatinamente substituída pela *família nuclear*, composta pelo pai, pela mãe e pelos filhos, naturais ou adotivos, residentes na mesma casa.

Quando nos referimos à família, é comum pensarmos nas figuras do pai, da mãe e dos filhos. Essa constituição nuclear da família, contudo, não é a única existente nos grupamentos humanos, nem antigamente nem nos dias de hoje. Vivemos transformações sociais e culturais que se amontoam em progressão geométrica, e que imprimem modificações na organização social que resultam na formatação de famílias diferentes da família nuclear. Atualmente, é comum encontrarmos famílias separadas, em que vivem somente mãe e filhos; famílias recompostas, em que coabitam os filhos de casamentos anteriores de ambos os parceiros, com a duplicação das referências parentais (os padrastos e madrastas); famílias compostas por dois homens ou duas mulheres; famílias estendidas, em que as crianças são criadas juntas pelos avós, tios, sobrinhos, etc.

Por isso, antes de refletirmos sobre as transformações sociais e culturais que imprimem modificações profundas sobre nossos modelos e crenças, especificamente no que tange ao nosso imaginário sobre o que é “família”, cabe investigarmos que papel o pai e a mãe tem na constituição psíquica dos filhos, para então refletirmos se as mudanças impressas na atualidade conduzem a um problema na constituição psíquica das crianças, ou se essas novas formas engendram novos arranjos, sem prejuízo da função.

Muitos estudos foram realizados sobre doença mental e família, tentando estabelecer uma relação causal entre elas. No livro “Sanidade, loucura e a família”⁴, Laing e Estearson (1979) procuram questionar a esquizofrenia como um “fato bioquímico”, estabelecendo correlações

³ Dicionário Houaiss (2001), p.1304.

⁴ LAING, RD & ESTEARSON, A. (1979). Sanidade, loucura e a família. Belo Horizonte : Interlivros.

entre o meio familiar e a construção de sintomas, na suposição de que a interação com o meio, através da transmissão do simbólico pela via da linguagem, alteraria o funcionamento cerebral.

Essa dicotomia organismo *versus* meio encontra-se presente na batalha empreendida pela “anti-psiquiatria”, nos anos 60, movimento que teve como um dos precursores o próprio Laing. Diz ele:

Nossa pergunta é: a experiência e o comportamento que os psiquiatras consideram como sintomas e sinais de esquizofrenia são mais compreensíveis socialmente do que veio a ser admitido?⁵

Ou seja, um transtorno mental (ou um sintoma) pode ser atribuído somente a um conjunto de sinapses ou falhas bioquímicas, ou a interação que o bebê desenvolve com o Outro participa da formação de sintomas?

Laing e Estearson realizam a escuta de famílias de pacientes esquizofrênicos para tentar compreender sua lógica interna. Nesse sentido, eles dizem:

Nós nos dispusemos a ilustrar através de onze exemplos que, se observarmos alguma experiência e comportamento sem referências às ações familiares recíprocas, elas podem parecer, comparativamente, socialmente sem sentido. Mas, se observarmos a mesma experiência e comportamento no seu conteúdo familiar original, eles estão sujeitos a fazer mais sentido.⁶

Segundo os pesquisadores, sintomas isolados de seu contexto tendem a parecer sem sentido, ou se quisermos, fora da realidade, incompreensíveis, “loucos”, um S1 solto destacado de um S2, e que impediria assim a emergência do sentido e a construção de um saber⁷. A tarefa deles foi de colocar o discurso aparentemente “louco” do paciente esquizofrênico junto do contexto em que ele teria sido criado, para alcançar um sentido até então obscuro para o médico.

⁵ LAING, RD & ESTEARSON, A. (1979), op.cit., p.10.

⁶ idem, p.10.

⁷ S1 – S2 : forma simplificada utilizada por Lacan para representar a cadeia discursiva.

Nessa empreitada, os pesquisadores sugerem uma relação entre o discurso particular, singular, do sujeito, com o discurso familiar de onde ele provém. Se retirarmos a experiência do contexto em que surge, a experiência parecerá “louca”, sem sentido. Seu foco passa do organismo individual do esquizofrênico para a relação que o sujeito estabelece com o Outro, que irá estruturar seu psiquismo e prover um lugar de existência simbólica (ou não) ao sujeito. Nesse sentido, a pesquisa de Laing e Estearson sugere a hipótese de que as relações familiares seriam uma variável patogênica na origem da esquizofrenia.

Tal hipótese não é nova. Freud já havia sublinhado a influência da família na constituição subjetiva das crianças, extraindo dessa relação as leis que estruturariam o psiquismo humano em seu contato com o Outro. Assim, a primeira teoria da etiologia das neuroses elaborada por Freud é a “Teoria da Sedução Precoce”: um pai perverso que geraria uma filha histérica, através de um encontro precoce e traumático com a cena sexual. Freud parece optar, no início de sua investigação, a uma análise *rousseauiana* da infância, em que a criança seria uma vítima das investidas perversas do mundo adulto.

Mais tarde, Freud abandona a teoria da sedução precoce por conta da similitude com que a cena sexual precoce era descrita por suas pacientes. Elabora então a teoria da fantasia: no lugar do incesto consumado, um incesto fantasiado na cabeça das próprias crianças. Ou seja, a perversão muda de posição, e passa do adulto, do pai, para as próprias crianças. Freud constrói a teoria da “perversão polimorfa” da criança, localizando na infância uma fase de uma ampla atividade sexual.

Essa “essência perversa da criança” seria incontornável, pela própria maneira como o bebê humano vem ao mundo: por ser o único animal que nasce “prematuro” e que permanece prematuro por alguns anos, nos quais não consegue sobreviver sozinho, o bebê humano vivencia um desamparo fundamental que impõe uma dependência completa ao Outro. Essa dependência dos cuidados do Outro, que se prolonga por anos, constrói, segundo Freud, um espaço paradoxal, entre o interno e o externo, entre a família e o *socius*, entre a dependência e a autonomia, com a formação de um aparato psíquico conflituoso e a inevitável formação de sintomas.

Para Lacan, essa dependência ao Outro cria as condições nas quais os diferentes registros do humano – Real, Simbólico e Imaginário – são artificialmente colados, na tarefa de tentar conciliar a linguagem, através da demanda do Outro, com o organismo. Desse modo, diz Lacan, haveria uma contaminação da linguagem no funcionamento natural do organismo, distorcendo os instintos e bagunçando o funcionamento “natural” do corpo.

Essa contaminação, através dos prolongados anos nos quais a criança é passivamente cuidada, falada, manipulada pelo Outro, impõe uma organização da relação do organismo com o meio em que vive, povoado por adultos, ou segundo Lacan, pelo Outro e sua linguagem. Nessa contaminação da linguagem no corpo, ou da demanda do Outro nas necessidades do organismo, este deixaria de funcionar de forma “natural”, e passaria a funcionar contaminado pelos efeitos da linguagem. Assim é que uma criança pode escolher mamar ou não, a depender das condições em que esse Outro lhe apresenta o leite.

A essa contaminação Freud dá o nome de pulsão, como forma de representar o instinto contaminado pela linguagem do Outro.

A psicanálise coloca em evidência a importância da relação com o Outro para a constituição psíquica da criança. Frequentemente, este Outro se apresenta em uma primeira veste familiar: a mãe, o pai, os irmãos, figuras com quem a criança tem seus primeiros contatos, que representam a cultura e são os responsáveis pela sua transmissão à criança. Além da transmissão simbólica, são responsáveis também pela transmissão do desejo, e formarão a matriz afetiva que se desenvolverá ao longo da existência do sujeito, em sua relação com o mundo. Mas o que os pais falam, ou deixam de falar, para que o crescimento e constituição psíquica da criança possa se desenrolar de uma maneira saudável?

A formalização que propõe Freud para compreender essa relação primordial recebe o nome de Complexo de Édipo. O Édipo coloca em evidência os laços afetivos que atravessam as relações sociais em uma família. Ele serve para organizar essa afetividade, dando-lhe os limites das bordas corporais, aparelhando o gozo da pulsão, dando-lhe um sentido, e instalando as primeiras interdições, necessárias para a vida em comunidade.

Lacan, em seu artigo de 1938 “Os complexos familiares”⁸, escrito para a Enciclopédia Francesa, comenta longamente sobre o complexo de Édipo freudiano, denominando-o como o “pivô subjetivo” do homem cultural. Diz que a importância maior do complexo é reconhecer que o que caracteriza a espécie humana é esta subversão da fixidez instintiva, de onde surge toda a cultura. Para além disso, o Édipo coloca em cena para a criança um desejo não anônimo dos pais, que lhe abrirá a via do desejo e da metonímia do objeto.

Mas como falar sobre esse desejo, cada vez mais opaco para os próprios pais, e que se apresenta para a criança sempre de forma enigmática? Debieux-Rosa (2009)⁹ sustenta que tanto o dito dos pais como o não dito, ou seja, aquilo que surge sob a forma de enigma, de segredo, de mistério, faz questão para a criança, e ambos servem de matéria para sua estruturação subjetiva. As histórias que são e que não são contadas, as regras promulgadas, as explicações sobre a ordem do universo desconhecido da criança, tudo isso ajuda o pequeno *infans* a construir seu lugar no mundo, e a circular por esse mundo no qual acabou de chegar. Servem na construção imaginária desse aparato que se chama corpo, pelo qual o sujeito irá se representar no mundo, junto com o sentido que dá substância a esse corpo.

Os três tempos do Édipo, como indica Lacan¹⁰, contém essa construção: alienação, separação e identificação. Constroem para a criança um lugar no mundo, a partir do qual ela pode se reconhecer, e que a permitirá interagir com esse mundo e a circular por ele.

Segundo Debieux-Rosa (2009), o não dito dos pais também interfere na constituição subjetiva. Entre o dito e o não dito, forma-se um sujeito formado de sentidos e enigmas quanto ao desejo do Outro: “*O que queres?*”¹¹ Assim explica Cesarotto (2009):

As histórias que não são contadas, as palavras censuradas, as verdades caladas, estas e outras espécies de não dito acarretam consequências, nunca

⁸ LACAN, J. (1938). Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia. Rio de Janeiro : Zahar, 2008.

⁹ DEBIEUX-ROSA, M. (2009). Histórias que não se contam: o não dito na psicanálise com crianças e adolescentes. São Paulo : Casa do Psicólogo.

¹⁰ LACAN, J. (1957-58). O Seminário: As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

¹¹ Forma utilizada por Lacan para sublinhar o enigma que se cria para a criança quanto ao desejo dos pais: “*Che vuoi?*”

benfazejas e quase sempre patológicas. Em cada caso, o infantil sujeito sofre e, em razão de tais mordanças, produz sintomas¹².

Entre os não ditos que estruturam o psiquismo de uma criança encontramos não só os segredos familiares escondidos a sete chaves, de maneira consciente. Encontramos também as proibições de enunciação dos ditos impossíveis de verbalizar, que escapam ao simbólico.

Desse modo, a transmissão familiar estrutura o psiquismo da criança servindo de referência aos enigmas do mundo, seja ela verbalizada ou não, tanto nos ditos quanto nos silêncios presentes na construção da identidade do sujeito. É essa mesma transmissão que orienta a escolha de objeto e a posição sexuada do sujeito, e que está presente também na formação de sintomas.

Essa transmissão familiar, Lacan a localiza como sendo a partir do lugar do Outro, posição que frequentemente é ocupada pela família, mas não necessariamente, como explica Debieux-Rosa (2009):

Este, o Outro, não é alguém, embora alguém possa ficar em seu lugar, mas um lugar de onde se espera ou de onde vem algo: da linguagem vêm os significantes, do corpo vem o prazer-desprazer, do inferno vem a maldição, do seio vem o leite. O Outro fala. Quando se diz “Estou com fome”, é em resposta ao Outro-seio que pergunta “O que quer?”. Faz-se necessária, portanto, a análise do discurso do Outro que atravessa a criança, para compreender seu sintoma (...) na articulação entre constituição subjetiva e discurso, no que este imprime de determinação.¹³

A constituição subjetiva da criança (e o processo de formação da identidade) pode ser descrita como um processo complexo composto por tempos e funções diferentes, como já salientamos: alienação, separação, identificação. Há elementos da família (do Outro) no sujeito, entranhados em sua carne. Por isso, podemos dizer que a identidade é sempre *sobredeterminada*, formada dos ditos e não ditos que organizam, orientam e dão um sentido possível ao desejo e ao gozo. Estes elementos, juntamente com seus restos, imprimem marcas no sujeito, que servem como referências identificatórias que ajudam o sujeito a orientar-se no mundo.

¹² CESAROTTO, O. (2009), in DEBIEUX-ROSA (2009), op. Cit., p.7.

¹³ DEBIEUX-ROSA (2009), op.cit., p.12.

Os laços sociais e amorosos são sempre permeados por uma rede complexa de significantes. Essa rede languageira, por sua natureza necessariamente equívoca, permite deslizamentos entre o objeto de amor primordial – normalmente a mãe – e todos os outros laços criados entre o sujeito e o outro, o Outro, os objetos. Cada ligação estabelecida entre o sujeito humano e o mundo que o cerca é mediada por uma relação afetiva que se sustenta nesse deslocamento. Desse modo, o amor que recebemos um dia permanece como a matriz identificatória que permitirá todas as relações seguintes:

- 1) ao nosso corpo próprio, através do amor especular, amor à imagem, que por sua vez propiciará o amor ao outro especular, reflexos narcísicos que elidem no outro sua condição de sujeito;
- 2) aos objetos, na passagem da libido narcísica à libido objetal;
- 3) ao Outro, registro simbólico no qual o amor é matriz do laço social.

Para exemplificar essa posição, tomamos de empréstimo o curioso livro de Laing (1974)¹⁴, em que o autor nos apresenta os seguintes versos:

Era uma vez um menininho chamado Lúcio.
Querendo ficar o tempo todinho com sua mãezinha.
Temendo que ela o deixasse sozinho.

Quando o menininho ficou maiorzinho
Quis ficar longe de sua mãezinha
Agora temendo que ela quisesse
Ficar junto dele o tempo todinho.

E ficando crescido Lúcio amou Lúcia
E queria estar com Lúcia o tempo todinho
Temendo que Lúcia o deixasse sozinho.

Quando Lúcio cresceu ainda mais
Não quis mais ficar todo tempo com Lúcia
Ele tinha ficado com medo
De que ela quisesse ficar todo o tempo com ele
E de que ela tivesse ficado com medo
De que ele não quisesse ficar todo o tempo com ela

¹⁴ LAING, R.D. (1974), Op.cit.

Lúcio leva Lúcia a temer que ele a deixe
Porque Lúcio teme que Lúcia o deixe.¹⁵

Podemos entender através desse aforisma o conflito edípico que se arma na constituição psíquica, na formação dessa matriz afetiva induzida pelo Édipo, que estabelece uma relação do passado (familiar) com o futuro (social), sob a forma de um *automaton* do amor.

Para “fazermos crianças” é necessário um elemento de humanização que depende do contato com o Outro da linguagem, que veicula por um lado a organização do mundo simbólico e por outro lado um afeto, que constrói para a criança um desejo não anônimo que a ajuda a construir algo de seu próprio desejo, servindo à criança como uma referência.

Esse desejo do Outro, estruturante do desejo e da constituição psíquica da criança, é ao mesmo tempo disruptivo, pois o Outro, quando deseja, coloca a criança em uma posição passiva, porque *desejada*. Ou seja, uma posição de objeto. Assim como os significantes que vêm do Outro ajudam o pequeno *infans* a construir sua própria identidade, esses mesmos significantes podem ficar fixados em um lugar fantasmático para o sujeito. Dito de outro modo, o simbólico busca estruturar o real, mas ao mesmo tempo o desestabiliza, contaminando-o, formando sintomas.

Se considerarmos que tal estado alcança toda e qualquer família, e imprime uma marca em todo e qualquer organismo em formação, podemos considerar esse estado de coisas não como patogênico, mas próprio da “normalidade”. Ou seja, a hipótese freudiana é de que a produção de sintomas seria inevitável ao humano, fazendo parte de toda e qualquer família “normal”, da esquizofrenia ao medo, da dificuldade de sociabilização à alfabetização, do xixi na cama ao medo na hora de dormir.

Freud, em “Inibições, sintomas e ansiedade”¹⁶, localiza 3 motivos pelos quais o conflito psíquico seria inerente ao humano, implicando na formação de sintomas:

¹⁵ idem, p.21.

¹⁶ FREUD, S. (1926). Inibições, sintomas e ansiedade. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. XX, p.151.

1) biológico: a criança humana encontra-se em condição de desamparo e dependência por um longo período, pois está inacabada ao nascer. Precisa da mãe para sua sobrevivência, e cria a necessidade de ser amada que a acompanhará ao longo da vida. Essa dependência para a sobrevivência, assim, cria uma dependência afetiva que irá perdurar ao longo da vida, e servirá como matriz afetiva para todas as relações posteriores que o sujeito irá desenvolver.

2) filogenético: na espécie humana, há uma interrupção do desenvolvimento sexual durante o período de latência (dos 6 anos até a puberdade), período em que a energia sexual é deslocada para a aquisição de vínculos sociais. As exigências pulsionais infantis colocam o sujeito em perigo e são desviadas e reprimidas, de modo que, quando são reativadas na puberdade, correm o risco de serem atraídas por seus protótipos infantis e segui-los até a fonte da repressão. Ou seja, como o desenvolvimento sexual é bifásico, com um período de suspensão intermediário que dura alguns anos, Freud localiza nessa interrupção o mecanismo da repetição: contaminados por nossos protótipos infantis, tenderíamos a amar ao Outro como aprendemos a amar o Outro primordial, misturando os afetos, os lugares, os corpos, gerando angústia e sintomas.

3) psicológico: nosso aparelho mental seria “defeituoso”, por conta do conflito que surgiria entre a natureza e a cultura, entre a satisfação dos instintos e a repressão dessa satisfação, condição da vida em sociedade. Por conta desse conflito entre as exigências de um princípio de prazer e um princípio de realidade, o aparelho mental se constituiria a partir de 3 diferentes instâncias, Id, Ego e Superego, na tarefa de tentar adaptar os instintos com as regras sociais que os inibem, e na tarefa de satisfazer os instintos, apesar da repressão social. Buscando, assim, atender a dois senhores diferentes, com duas exigências opostas, com consequências sintomáticas.

Freud, desse modo, insiste que a formação de sintomas seria estrutural ao próprio humano. E a família, em seus diferentes papéis, atuaria na constituição subjetiva, dando um contorno de existência e de pertencimento simbólico ao bebê, ao mesmo tempo em que, pela mesma operação que estrutura e dá uma identidade, provoca a formação de sintomas, através de

fixações fantasmáticas de gozo. Ou seja, por mais que o Édipo seja estruturante para o psiquismo da criança, ele deixa restos sintomáticos. Como diz Jacques-Alain Miller (2013),

o Édipo (e o amor ao pai) não é a solução única do desejo, é somente sua forma normalizada, e esta é patogênica.¹⁷

A organização da família nas sociedades ocidentais, da família tradicional estendida à família nuclear, modificou-se bastante nos últimos tempos. Sua função social, seu poder, sua autoridade, modificaram-se sobretudo por uma nova organização da sociedade, agora a partir do poder do Estado, e não mais a partir do *pater familias*, constituindo-se como contraponto à ordem imutável e tirânica das sociedades patriarcais. Essa mudança levou a uma emancipação das mulheres e das crianças da opressão patriarcal, na afirmação dos direitos e da diferença das mulheres, e na possibilidade de as crianças poderem ser olhadas como sujeitos, como explica Roudinesco¹⁸.

Em face das mudanças no seio da própria estrutura familiar, os papéis reservados ao pai e à mãe foram modificados. Esses papéis, que antigamente estavam garantidos pela tradição, precisam ser reinventados, hoje, por cada um. O pai e a mãe não sabem mais o que devem fazer, nem o que querem fazer. Diz Debieux-Rosa (2000):

A esse não saber, entretanto, responde a urgência de um fazer (...) Mas como, se os dispositivos tradicionais, habituais em outras gerações, foram se tornando, um a um, insuficientes, e, no caso dos castigos e surras, nocivos ao desenvolvimento?¹⁹

Se antes os lugares e as funções estavam garantidos pela tradição, agora precisaríamos discuti-los, criá-los, reinventá-los. Contudo, as transformações pelas quais passaram a família e a sociedade ao longo dos tempos, alterando composições e funções, são geralmente encaradas como deformações, como se discutirmos família – ou desconstruirmos o conceito sagrado de família – fosse um tabu. Nossa representação de família, desse modo, parece

¹⁷ MILLER, J.-A. (2013), na quarta capa da edição francesa do Seminário VI, de Lacan, recém lançado na França pelas *Éditions du Seuil* e inédito no Brasil.

¹⁸ ROUDINESCO, E. (2003). A família em desordem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.11.

¹⁹ DEBIEUX ROSA, M. (2000). O não-dito familiar e a transmissão da história. II Volume dos Anais do Congresso Internacional de Psicanálise – Adolescência e Modernidade. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

cristalizada mais em estereótipos do que em nossa própria experiência direta. Como diz Chauí (1980), tendemos a representar a família sempre da mesma maneira,

como uma realidade natural (biológica), sagrada (desejada e abençoada por Deus), eterna (sempre existiu e sempre existirá), moral (a vida boa, pura, normal, respeitada) e pedagógica (nela são aprendidas as regras da verdadeira convivência entre os homens, como o amor dos pais pelos filhos, o temor e o respeito dos filhos pelos pais, o amor fraterno). Mas aqui estamos diante da *ideia* da família, e não da *realidade histórico-social* da família.²⁰

A família nuclear continuaria sendo nosso paradigma de família normal ou natural, com uma composição e função padronizadas: um casal heterossexual casado – um pai e uma mãe – e seus filhos. Ou seja, a forma clássica com que nos habituamos ao Complexo de Édipo freudiano. Toda criança nasceria já dentro de um triângulo, composto por pai, mãe e ela mesma, a criança, com funções específicas e definidas. Antes de problematizarmos essa concepção, que funções seriam essas?

O papel dos pais, impresso em um cartaz no consultório de um pediatra, mostrava as duas grandes funções exercidas pelo pai e pela mãe em nosso imaginário cultural: “Os pais são responsáveis por dar raízes e asas.” A licença poética da frase nos permite vislumbrar papéis definidos tradicionalmente. Da mãe é esperada a função de dar colo, proteger, servir de porto seguro. Ou seja, dar raízes. Do pai, é esperada a função de dar limite a esse gozo, libertando o filho do colo da mãe, dando um norte e abrindo as portas para uma exploração orientada do mundo. Ou seja, dar asas.

Contudo, convivemos cada vez mais com formas familiares diversas, com a constituição de famílias reorganizadas. Hoje, a mulher também trabalha fora, faz o papel de autoridade, coloca limites. O homem também troca as fraldas, aninha a prole no colo, protege. Será que esses papéis tradicionalmente definidos são essenciais? Se são, será essencial termos um pai e uma mãe para exercê-los?

A antropóloga Claudia Fonseca²¹ agrega outra perspectiva à análise e constituição da família, especialmente no Brasil. Ela chama a atenção para o fenômeno da “adoção de crianças”,

²⁰ CHAUI, M. (1980), apud Mandelbaum, B. (2012), op.cit., p.108

²¹ FONSECA, C. (1995). Caminhos da adoção. São Paulo : Cortez.

principalmente em famílias de baixa renda, mas que ela tratará como “circulação de crianças”, nomeando deste modo o fenômeno do grande número de crianças que passa parte da infância ou juventude em casas que não a de seus genitores, sem que uma adoção legalmente normatizada seja levada a termo. Diz ela:

Observando a prática de circulação de crianças como uma estrutura básica de organização de parentesco em grupos brasileiros de baixa renda, nossas atenções se deslocam de um “problema social” para um “processo social”, e nosso enfoque analítico muda de “o colapso dos valores tradicionais” para formas alternativas de organização vinculadas a uma cultura popular urbana.²²

Ou seja, ela critica o caráter naturalizante com que costuma-se tratar a “sagrada família nuclear”, como se ela fosse determinante para a saúde mental dos pequenos humanos que chegam ao mundo. Em suas pesquisas com famílias de baixa renda, Fonseca (1995) explica:

As decisões envolvendo crianças – como criá-las, escolarizá-las, seu destino após o divórcio ou morte dos pais e até mesmo o número considerado desejável – não estão de maneira alguma confinadas ao casal. Os primeiros nascidos de uma geração frequentemente passam seus primeiros anos com uma avó que, cuidando deles, cumpre as últimas obrigações familiares.²³

Não é difícil imaginarmos porque a organização de famílias pobres, no Brasil, tende a reproduzir os auspícios familiares da antiguidade, conformando-se novamente – ou ainda – em famílias estendidas, em que o cuidado e a educação da prole não está confinada ao casal conjugal. Vivemos no Brasil uma história de miséria, que assola grande parte da população brasileira. O trabalho ainda é, para a população pobre, muito mal remunerado, apesar de exigir esforço hercúleo. Como o casal jovem está no auge de sua capacidade produtiva, é comum que ambos ocupem-se da tarefa de ganhar dinheiro através do trabalho, deixando os cuidados domésticos da casa e das crianças com os avós ou com os adultos desempregados.

O comunitarismo ou cooperativismo presente nas famílias estendidas torna-se condição de sobrevivência econômica, mas acaba influenciando o conjunto de fenômenos que atravessam a família e seu papel de transmissão: da divisão das tarefas à partilha sexuada de papéis; das

²² Idem, p.15.

²³ ibidem, p.43.

questões de gênero ao direito de acesso ao gozo; e, sempre, da educação compartilhada das crianças.

É interessante refletirmos sobre formas comunitárias de organização da família em um mundo de constantes mudanças, em que um narcisismo exacerbado, associado a um individualismo quase paranóide, tomam conta das relações humanas.

Hoje, não ouvimos mães e pais prepararem seus filhos para construir uma família. Ao contrário, o que ouvimos são palavras de repúdio à formação de novas famílias, através do conselho dos pais aos filhos para não casar cedo, para não ter filho cedo, pois isso irá estragar seu futuro, irá atrapalhar sua profissionalização, seu aprimoramento profissional, pois o jovem deve estar exclusivamente voltado para si mesmo e para sua formação pessoal, para conseguir competir dentro da lógica de mercado.

Esse empuxo ao narcisismo também tem produzido novas soluções familiares. A criança que se produz a partir daí será uma resposta a um desejo opaco quanto à maternagem, e que se coloca em contraposição a um desejo reluzente quanto ao narcisismo, como uma injunção moderna proveniente do discurso capitalista.

Por isso, as variadas organizações da família nos dias de hoje recolocam a discussão em torno da família, em que os lugares, as funções e os papéis são redefinidos a partir do desejo. Desse modo, é possível a constituição de famílias estruturadas de outra forma que não no modelo nuclear, e que essas outras formas de organização sejam suficientemente consistentes em termos de desejos não-anônimos, para propiciar à criança as condições para constituir-se subjetivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É na relação dita familiar que o sujeito tem a possibilidade de se fazer humano, pela via da linguagem e do desejo. A contaminação da linguagem no organismo, pela via da transmissão familiar (ou da alienação fundamental), sempre deixa restos e marcas. Essas marcas ajudam cada um a construir sua própria identidade. De outro lado, essas mesmas marcas podem se

transformar em obstáculos na vida do sujeito, na medida em que haja uma fixação excessiva do sujeito em torno desses traços identificatórios infantis (ou familiares), causando sintomas na tentativa de equacionar gozos inconciliáveis.

Por isso, salientamos: a família é, ao mesmo tempo, solução e problema.

Não queremos com isso dizer que a família não seja importante, ou que a experiência familiar não seja boa e necessária para a construção do futuro sujeito. A instituição família persiste com a mudança dos tempos, e sua função é necessária à constituição do sujeito criança, especialmente na transmissão desse sentimento fundamental que produz o laço social, o amor. A grande questão é que o amor tem muitas faces, e é transmitido através dos mais variados fenômenos presentes no ambiente familiar, dos mais comuns aos mais estranhos; dos explícitos (com abraços e beijos) aos escondidos, muitas vezes sob a forma de palmadas e outras agressões.

Procuramos ressaltar aqui que a experiência familiar é sempre boa e ruim ao mesmo tempo, com um limite entre as experiências que nem sempre é claro, e que necessita ser construído por cada um.

É comum, em atendimentos de crianças e adolescentes em instituição, depositarmos muitas esperanças na família. Chamamos a mãe, tentamos uma parceria com o pai, talvez uma tia mais próxima, os avós. Porém, é muito comum também a experiência de frustração que advém daí, pois as figuras da realidade, essas que deveriam servir de suporte para a construção do sujeito, muitas vezes não respondem ao chamado, denunciando o buraco em torno do qual cada um tem que se virar para se fazer sujeito.

Mas como diria uma colega, “ruim com a família, pior sem ela!”. Mesmo que as figuras da realidade não compareçam, é fundamental trabalharmos com os significantes familiares de cada sujeito, inclusive aqueles que denunciam o buraco próprio de cada um. Os menores traços identificatórios são importantes para que cada sujeito possa atravessar essa construção permanente da própria identidade.

Trabalhar com os restos que a clínica denuncia aponta para a característica mesma do que sobra de uma família: restos fundamentais, em torno dos quais nos constituímos e nos alienamos, em uma relação de amor e ódio que constitui a própria essência da experiência humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEBIEUX ROSA, M. (2000). O não-dito familiar e a transmissão da história. II Volume dos Anais do Congresso Internacional de Psicanálise – Adolescência e Modernidade. Rio de Janeiro : Companhia de Freud.

DEBIEUX-ROSA, M. (2009). Histórias que não se contam: o não dito na psicanálise com crianças e adolescentes. São Paulo : Casa do Psicólogo.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA (2001). Rio de Janeiro : Objetiva.

FONSECA, C. (1995). Caminhos da adoção. São Paulo : Cortez.

FREUD, S. (1926). Inibições, sintomas e ansiedade. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro : Imago, 1996, Vol. XX.

LACAN, J. (1938). Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia. Rio de Janeiro : Zahar, 2008.

LACAN, J. (1957-58). O Seminário: As formações do inconsciente. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1999.

LAINING, R.D. (1974). Laços. Petrópolis : Vozes.

LAINING, RD & ESTEARSON, A. (1979). Sanidade, loucura e a família. Belo Horizonte : Interlivros.

MANDELBAUM, B. (2012). Sobre famílias: estrutura, história e dinâmica. In PATTO, M.H.S. (Org.), *Formação de psicólogos e relações de poder*. São Paulo : Casa do Psicólogo, 2012.

ROUDINESCO, E. (2003). A família em desordem. Rio de Janeiro : Jorge Zahar.